

# Governo abre licitação para explorar floresta

O Ibama espera que participe da concorrência a maioria das 68 empresas de madeira com atuação na região de Santarém

Doca de Oliveira  
de Brasília

Está marcada para julho a primeira licitação pública para a exploração de madeira nas florestas nacionais brasileiras, aquelas ainda formadas por vegetação nativa. O teste será feito com a Floresta Nacional do Tapajós, uma das cinco que o governo federal já escolheu para oferecer à iniciativa privada, num projeto que deve estender-se para além do ano 2000. "A idéia é fazer com que essas florestas, que foram criadas para o uso direto, portanto para produzir, cumpram a sua função", disse a este jornal Paulo Benincá, diretor de recursos renováveis do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O projeto Tapajós vem sendo desenvolvido ao longo dos últimos meses e recebeu financiamento da Organização Internacional das Madeiras Tropicais (ITTO), da ordem de US\$ 1,2 milhão. Com esse dinheiro, o Ibama fez um inventário na região, com estudos sobre a previsão e manutenção das estradas, avaliações de impacto ambiental e outras medidas preparatórias.

Uma das 39 florestas da região amazônica passíveis de exploração comercial, a Floresta Nacional do Tapajós é uma das duas com maior potencial produtivo do País. Enfronhada na região amazônica, tem 685 mil hectares de extensão e uma capacidade de produção estimada em 380 metros cúbicos de madeira por hectare.

A princípio, o governo vai licitar apenas cinco mil hectares, para a exploração gradual de mil hectares por ano. O manejo dos primeiros mil hectares deverá ter início ainda em 1997, com uma expectativa de produção de 40 mil metros cúbicos de madeira. Ao final de cinco anos,



a produção deverá ter alcançado 200 mil metros cúbicos de madeira.

A concorrência será conduzida pelo Ibama, que vai escolher a melhor proposta de manejo e estipular o preço mínimo para a madeira colhida. Considerando o aspecto de localização geográfica, o Ibama espera pela adesão de maior parte das 68 indústrias que operam na região de Santarém, embora qualquer companhia do setor possa participar. Além da madeira em tora, serão comercializados também os resíduos, como galhos e outros materiais, que são aproveitados pa-

ra a fabricação de cabos de vassouras e talheres, por exemplo.

Ainda em 1997, a Floresta Nacional do Jamari deverá entrar no modelo de concessão florestal. Para ela, que tem 225 mil hectares de extensão, o Ibama prepara uma licitação mais agressiva e poderá oferecer de 30 a 50 mil hectares de área. As outras três florestas que estão nos planos do governo — Floresta Nacional do Bom Futuro e a Floresta Nacional do Jamari, ambas localizadas em Rondônia; a Floresta Nacional de Tefé, situada no Amazonas; e a Floresta Nacional do Ca-

xuanã, localizada no Pará — serão trabalhadas a partir de 1998.

A implementação da concessão florestal em áreas de vegetação nativa é uma idéia antiga, que vem sendo trabalhada no governo com cautela. Embora seja uma realidade de sucesso nas chamadas florestas plantadas — predominantemente aquelas da região centro-sul, que abastecem a produção de papel e celulose — a permissão oficial para a iniciativa privada explorar recursos naturais nas florestas brasileiras é um assunto polêmico, que encontra reações negativas em diversos setores da sociedade.

## Ministério estuda um novo modelo de gestão ambiental

O governo federal está se preparando para fechar grandes áreas de terras públicas e intervir mais diretamente na exploração de recursos naturais em toda a região amazônica.

A idéia é demarcar de 30 a 40 milhões de hectares de novas florestas nacionais, para induzir ao esgotamento dos recursos disponíveis para o abastecimento da iniciativa privada, cuja atuação na região foge ao controle federal. "Vamos valorizar os nossos recursos naturais", adiantou a este jornal Antônio Carlos do Prado, diretor de estudos de desenvolvimento sustentado do Ministério do Meio Ambiente.

Na avaliação do governo, essa é a área mínima ideal para que sejam atendidas as demandas por madeira do mercado interno e externo sem paralisar a economia local nem levar ao esgotamento dos recursos da região. Hoje, o Brasil dis-

põe de 12,5 milhões de hectares de florestas nacionais.

Esse é um dos principais pontos do novo modelo de gestão ambiental para a Amazônia em análise pelo governo. Depois de digerir a dura realidade mostrada pelo estudo conduzido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), divulgado com exclusividade por este jornal, o governo federal decidiu reformular os padrões de gestão para a região.

As discussões abordam aspectos de segurança nacional e também do papel que o Brasil estará desempenhando na economia internacional. Na prática, isso poderá significar a concepção de uma política industrial para a região que possibilite uma melhor regulação do mercado. A concessão florestal em áreas de floresta nativa é apenas uma parte deste programa de reformulação. (D.O.)

O patrulhamento vem, principalmente, do Congresso Nacional e de Organizações Não-Governamentais (ONG) brasileiras e internacionais, cada vez mais atentos ao destino dado para a região amazônica. Por isso, o Ibama promete estipular regras claras e pouco flexíveis para a exploração madeireira nas florestas nacionais, além de acompanhar, com rigor, o andamento dos manejos. É essa informação que norteará a extensão da concessão para outras áreas disponíveis. "Precisamos avaliar se existe demanda e se o

programa de exploração é rentável", explica Paulo Benincá.

"É preciso deixar claro que nós não estamos criando a Madeira-brás", afirmou Antônio Carlos do Prado, diretor de estudos de desenvolvimento sustentado do Ministério do Meio Ambiente. "Em nenhum momento o governo pensou em privatizar ou estatizar as suas florestas. A nossa preocupação é apenas garantir a permanência do recurso e fazer com que essas florestas regulem o mercado e organizem melhor a atuação da iniciativa privada", acrescentou.

## Desperdícios podem ser evitados

Raimundo José Pinto  
de Belém

A extração não-planejada e o processamento ineficiente das toras, que levam à degradação da floresta e a significantes desperdícios de madeira na Amazônia, poderiam ser evitados se as madeireiras adotassem alguns métodos simples, o que levaria à utilização de uma área menor de floresta para atender à demanda de madeira na região.

A cada ano a indústria madeireira no Pará, maior produtor nacional, extrai cerca de 520 mil hectares de floresta para obter 13 milhões de metros cúbicos de toras. Com o controle dos desperdícios essa mesma produção poderia ser obtida em apenas 273 mil hectares, uma redução de quase 250 mil hectares por ano.

Essa é a conclusão de um trabalho preparado por cinco especialistas do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) — uma entidade não-governamental com sede em Belém — que teve apoio financeiro do Fundo Mundial para a Natureza, o WWF, através de fundos da

Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento (Usaid).

Intitulado "Redução de desperdícios na produção de madeira na Amazônia", o trabalho serviu de subsídio para o estudo coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) divulgado semana passada e que provocou grande polêmica por denunciar a exploração predatória da madeira. Os autores são os engenheiros agrônomos Edson Vidal e Paulo Amaral, os biólogos Jeffrey Gerwing e Jennifer Johns e o engenheiro florestal Paulo Barreto.

O trabalho mostra que nos últimos 20 anos a Amazônia Oriental, com destaque para o Pará, tornou-se a principal região produtora de madeira do Brasil.

Como as florestas próximas aos centros de processamento de madeira estão sendo esgotadas, os técnicos do Imazon afirmam que os madeireiros estão avançando em busca de toras cada vez mais distantes, obrigando os proprietários a mudarem suas fábricas para mais perto da floresta não-explorada. Se o padrão de exploração e subsequente abandono continuar, a

Amazônia Oriental será rapidamente devastada, pondo a região sob o risco de perder a importância como um centro de produção de madeira.

Os pesquisadores do Imazon realizaram um projeto demonstrativo em Paragominas, dividindo os levantamentos numa área com operação tradicional de extração de madeira e numa área com manejo florestal. Na área manejada o objetivo era reduzir o volume de desperdícios de madeira e danos às árvores restantes na floresta.

O experimento mostrou que o lucro da exploração planejada, como sugerida pelos técnicos, seria cerca de 35% maior do que o da exploração sem planejamento. Mesmo que, com os treinamentos adequados, os operários passassem a receber salários mais altos, ainda assim o lucro seria de 13% maior no sistema planejado.

Na indústria, os técnicos do Imazon mostram que a implementação de algumas melhorias na conversão das toras em madeira serrada elevariam a eficiência de 39% para 60% nas fábricas de laminados e de 35% para 50% nas serrarias.